



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZABRANTES

Av Aureliano C Machado Sn - Centro, Brazabrant, Goiás

01.756.741/0001-60

483

VIDAL BR
LTDA:26631
276000161

Assinado de forma
digital por VIDAL BR
LTDA:26631276000161
Dados: 2024.08.16
09:11:12 -03'00'

ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO 025/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 025/2024

Ata de registro de preço, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BRAZABRANTES.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Processo Nº:

Validade: 13/08/2024 00:00:00

No dia 16 de agosto de 2024, no/a PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZABRANTES, reuniram-se no(a) SALA DE LICITAÇÕES - SEDE DA PREFEITURA DE BRAZABRANTES, situada à AV AURELIANO C MACHADO SN - CENTRO, CEP: 75440000, inscrito no CNPJ sob o nº 01.756.741/0001-60, o Pregoeiro(a) JOSELIA CORDEIRO DE TOLEDO e os membros da Equipe de Apoio ELIENE RODRIGUES FERREIRA, LUCAS QUALHATO, nos termos da Lei Federal nº. 14.13/2021 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL, Edital de Licitação nº 025/2024, do resultado do julgamento das Propostas de Preços, publicada na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação e homologada pelo(a) Sr(a). JOSE TOME CORREIA FILHO, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para objeto Registro de Preços para futura e eventual compra de REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BRAZABRANTES, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo: menor preço por item, tendo por finalidade o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, para atender o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZABRANTES, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela (s) empresa(s) cujas propostas foram(foi) classificada(s) e declarada(s) vencedora(s) no certame acima numerado, como segue:

Fornecedor: VIDAL BR

CPF/CNPJ: 26.631.276/0001-61

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	MARCA	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	PNEU 265/65 R17	FIRESTONE	UN	24,0000	1.290,0000	30.960,0000
1	2	PNEU 215/75-R 17,5 LISO	FIRESTONE	UN	12,0000	1.485,0000	17.820,0000
1	3	PNEU 10.00.20 LISO	FIRESTONE	UN	24,0000	2.850,0000	68.400,0000
1	4	PNEU 9.00.20 LISO	FIRESTONE	UN	24,0000	2.600,0000	62.400,0000
1	5	PNEU 275/80.22.5 LISO	FIRESTONE	UN	48,0000	3.299,0000	158.352,0000
1	6	PNEU 175/70 R14	FIRESTONE	UN	40,0000	547,0000	21.880,0000
1	7	PROTETOR ARO 24	TOP TEC	UND	16,0000	236,0000	3.776,0000
1	8	CAMARA 1000 X 20	GUMIX	UND	24,0000	139,0000	3.336,0000
1	9	PROTETOR ARO 22	TOP TEC	UND	16,0000	95,0000	1.520,0000
1	10	PNEU 205/75R16	FIRESTONE	UND	16,0000	940,0000	15.040,0000
1	11	CAMARA 19.5 X 24	VULCAN	UND	20,0000	590,0000	11.800,0000
1	12	CAMARA 18.4 X 30	VULCAN	UND	20,0000	710,0000	14.200,0000
1	13	CAMARA 12.4 X 24	VULCAN	UND	20,0000	349,0000	6.980,0000
1	14	CAMARA 750 X 16	GUMIX	UND	20,0000	140,0000	2.800,0000
1	15	PNEU 10.00.20 BORRACHUDO	FIRESTONE	UND	16,0000	2.950,0000	47.200,0000
1	16	PNEU 9.00.20 BORRACHUDO	FIRESTONE	UND	8,0000	2.700,0000	21.600,0000
1	17	PNEU 275/80.22.5 BORRACHUDO	FIRESTONE	UND	12,0000	3.280,0000	39.360,0000
1	18	PNEU 295/80 E 22,5 LISO	FIRESTONE	UND	24,0000	3.182,0000	76.368,0000
1	19	PNEU 17.5/25	FIRESTONE	UN	24,0000	7.590,0000	182.160,0000
1	20	PNEU 14.0024	FIRESTONE	UN	24,0000	6.890,0000	165.360,0000
1	21	PNEU 16.9.24 TRASEIRO	FIRESTONE	UN	16,0000	7.077,0000	113.232,0000
1	22	PNEU 12.16.5 DIANTEIRO	FIRESTONE	UN	16,0000	1.984,0000	31.744,0000
1	23	PNEU 19.5.24 TRASEIRO	FIRESTONE	UN	16,0000	7.680,0000	122.880,0000
1	24	PNEU 12.5.80.18 DIANTEIRO	FIRESTONE	UN	16,0000	3.383,0000	54.128,0000
1	25	PNEU 7.50.16 - DIANTEIRO	FIRESTONE	UND	24,0000	1.144,0000	27.456,0000
1	26	CAMARA 1400 X 24	VULCAN	UND	20,0000	440,0000	8.800,0000
1	27	PROTETOR ARO 25	TOP TEC	UND	16,0000	294,0000	4.704,0000
1	28	CAMARA 17,5 X 25	VULCAN	UND	16,0000	590,0000	9.440,0000
1	29	PNEU 235/75 R17,5 LISO	FIRESTONE	UND	36,0000	2.040,0000	73.440,0000
1	30	PNEU 235/75 R17,5 BORRACHUDO	FIRESTONE	UND	18,0000	1.790,0000	32.220,0000



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZABRANTES

Av Aureliano C Machado Sn - Centro, Brazabrantés, Goiás

01.755.741/0001-60

484

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	MARCA	UND	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	31	PNEU 18.4.30 – TRASEIRO	FIRESTONE	UND	8,0000	6.240,0000	49.920,0000
1	32	PNEU 12.4.24 - DIANTEIRO	FIRESTONE	UND	16,0000	3.088,0000	49.408,0000
1	33	PNEU 18.4.34 – TRASEIRO	FIRESTONE	UND	8,0000	6.989,0000	55.912,0000
1	34	PROTETOR ARO 20	TOP TEC	UND	20,0000	79,9000	1.598,0000
1	35	PNEU 175/6514	FIRESTONE	UN	70,0000	547,0000	38.290,0000
1	36	PNEU 215/65R16	FIRESTONE	UN	24,0000	943,0000	22.632,0000
1	37	PNEU 185/6015	FIRESTONE	UN	24,0000	649,0000	15.576,0000
1	38	PNEU 225/75R16C	FIRESTONE	UND	42,0000	1.292,0000	54.264,0000
1	39	PNEU 175/70R13.	FIRESTONE	UND	8,0000	480,0000	3.840,0000
1	40	PNEU 195/65 R15	FIRESTONE	UN	24,0000	627,0000	15.048,0000
1	41	PNEU 175/70R13	FIRESTONE	UND	8,0000	472,0000	3.776,0000
1	42	PNEU 185/60R15	FIRESTONE	UND	24,0000	619,0000	14.856,0000
1	43	PNEU 175/70R13	FIRESTONE	UN	32,0000	480,0000	15.360,0000
1	44	PNEU 205/75R16	FIRESTONE	UN	8,0000	914,0000	7.312,0000
1	45	PNEU 215/75-R 17,5 BORRACHUDO	FIRESTONE	UN	40,0000	1.499,0000	59.960,0000
1	46	PNEU 215/75R17,5 LISO	FIRESTONE	UND	24,0000	1.394,0000	33.456,0000
Total: R\$ 1.870.564,0000							

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto Registro de Preços para futura e eventual compra de REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS DIVERSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE BRAZABRANTES, para a sede do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZABRANTES, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses, sem alteração dos quantitativos originalmente registrados, conforme necessidade da Administração.

2.2. Durante a vigência da Ata, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas situações previstas pelo Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

2.3. Comprovada a ocorrência de situação prevista no item anterior, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo, licitatório, nos termos do art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

2.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pelo(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZABRANTES, para a devida alteração do valor registrado em Ata.

2.5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZABRANTES, não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

3.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial da presente ARP;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da ARP;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ARP;
- f) praticar ato fraudulento na execução da ARP;

VIDAL BR
LTDA:266312
76000161

Assinado de forma
digital por VIDAL BR
LTDA:26631276000161
Dados: 2024.08.16
09:11:51 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZABRANTES

Av Aureliano C Machado Sn - Centro, Brazabrantes, Goiás

01.756.741/0001-60

VIDAL BR
LTDA:26631
276000161

Assinado de forma
digital por VIDAL BR
LTDA:26631276000
161
Dados: 2024.08.16
09:11:43 -03'00'

485

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

i) As multas previstas na letra "a" deste instrumento poderão, a critério da Administração, ser aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau de infração cometida pelo adjudicatário;

3.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da ARP, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima desta ARP, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de idoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima desta ARP, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa, na forma prevista em edital ou contrato, em caso de atraso injustificado na entrega do serviço ou produto, no termos dos arts. 156, §3º e art. 162 da Lei 14.133/2021.

3.3. A aplicação das sanções previstas neste ARP não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.4. Todas as sanções previstas neste ARP poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

3.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.4.3. Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente;

3.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de idoneidade para licitar ou contratar.

3.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

3.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e ARPs da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

3.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste ARP ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às